



Eixo 10: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA SOCIAL

A interconexão entre política social e cidadania

Palavras-chave: Estado; Política; Capitalista; Sociedade e Social.

The interconnection between social policy and citizenship

Keywords: State; Policy; Capitalism; Society and Social.

O modo de produção capitalista se funda na extração de mais-valia em patamares cada vez maiores através do ciclo de valorização do capital. Proporcionando, a nível estrutural e superestrutural, uma existência degradante que afeta, sistematicamente, as condições objetivas e subjetivas de existência dos indivíduos em detrimento da manutenção dos aparatos estatais e mecanismos essenciais para a produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar o processo paradoxal de articulação entre a política social e a concepção de cidadania que condiciona o seu acesso.

As políticas sociais surgem no processo de convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo durante a Revolução Industrial, da organização e mobilização das lutas de classe e do amadurecimento das iniciativas de intervenção estatal. Sendo associadas, em conjunto com os sistemas de proteção social, a formas de enfrentamento a generalização do regime de pauperização massiva da classe trabalhadora. É durante os ‘anos de ouro’, experiência vivenciada pelos países centrais do modo de produção capitalista, entre as décadas de 1940 e 1970 que as políticas sociais alcançam sua plenitude e atingem seu ápice como estratégia de desenvolvimento e mecanismo anticrise de frente aos períodos de recessão ou queda tendencial da taxa média de lucro.

O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, dada a decadência dos 30 anos gloriosos, e invasão neoliberal como alternativa para “reorganização do capitalismo e restauração do poder das elites econômicas (SILVA, 2021, p. 26) instaurou um forte processo de expansão do mercado financeiro apoiado em políticas de austeridade orçamentária e, por consequência, de paralisia das despesas públicas. Estabelecendo no Brasil um processo de desmontando do modelo de sociedade pactuado com a

Constituição Federal de 1988 sobre uma égide de supercapitalização da esfera de reprodução dos indivíduos, sustentada pelo ideário de flexibilização, desregulamentação e privatização.

A cidadania, conceito *sui generis* e que legitima o indivíduo frente ao Estado, no capitalismo é condicionado a sua vitalidade e aptidão como força de trabalho. Tornando-se aspecto central nas relações sociais, políticas e econômicas. Essas imbricações e contradições podem ser vistas na previdência social cuja “cidadania está embutida na profissão e os direitos dos cidadãos restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo (SANTOS, 1979, p. 75)”. Evidenciando, assim, um limbo no que concerne a existência da política social e o seu acesso perante o reconhecimento socialmente formal, enquanto cidadão, e o seu usufruto estabelecido nas relações cotidianas amparadas pelo Estado.

Dessa forma, o Estado se apresenta como legitimador e afiançador dos direitos que constituem a cidadania. “É por esse processo que os indivíduos, despojados de suas peculiaridades de classe, se igualam numa abstrata figura jurídica: o conjunto dos cidadãos (FELIX, 2019 p. 31)”. Ideário difundido por todos os poros da vida social que possui na troca mercantil e aptidão para o trabalho os seus fundamentos. Portanto, a interconexão entre política social e cidadania, se dá de forma regulada e paradoxal, tutelada pelo Estado, vinculada a ordem do capital ou lei do valor.

Referências

FELIX, P. R. Cidadania e Capitalismo: Uma análise a partir da crítica marxista do direito. Rio de Janeiro: Praia Vermelha, 2019.

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, M. L. L. “A previdência social no Brasil sob a mira e ingerências do capital financeiro nos últimos 30 anos e a tendência atual de capitalização”. In: SILVA, M. L. L. A contrarreforma da previdência social no Brasil (uma análise marxista). Campinas-SP: papel social, 2021.